

Aula 10 – Max Weber

Nuno Miguel Cardoso Machado

Biografia, contexto e introdução

Max Weber “é provavelmente a figura mais conhecida e mais influente” no campo da “teoria sociológica” (Ritzer, 2010: 112). Algumas das suas principais contribuições para sociologia foram: i) a proposta epistemológica de uma “sociologia compreensiva” assente no sentido subjetivo da ação humana, que estudaremos na aula de hoje; ii) a “tese da racionalização”, isto é, uma análise pessimista dos traços basilares das sociedades ocidentais modernas (Kim, 2012: 1), que estudaremos na próxima aula; iii) a “tese da Ética Protestante”, ou seja, uma explicação “não-marxista” do advento histórico do capitalismo (Ibid.), que estudaremos na primeira aula após a avaliação intercalar.

Tal como é habitual, vamos começar por algumas notas biográficas e contextuais. Max Weber nasceu em Erfurt, na Alemanha, em 1864 (Ferreira *et al.*, 1995: 92). No ano de 1882 ingressa no curso de Direito da Universidade de Heidelberg (Ibid.). Todavia, após três semestres é obrigado a interromper os estudos para cumprir o serviço militar (Ritzer, 2010: 114). Em 1884 regressa a Berlim, instalando-se em casa dos pais e frequentando a Universidade local (Ibid.). Em 1889 Weber conclui o doutoramento com uma tese acerca de “empresas comerciais em Itália na Idade Média” (Ferreira *et al.*, 1995: 93). No ano de 1891 obtém a sua agregação com uma investigação sobre “alguns aspetos da história agrária Romana” (Parkin, 2002: 13).

Este grau habilita-o para a carreira docente, assumindo funções na Universidade de Berlim (Ibid.). Posteriormente, em 1896, consegue um lugar “prestigioso” como professor de economia política na Universidade de Heidelberg (Kim, 2012: 2). No entanto, a sua carreira é interrompida abruptamente em 1897 por um esgotamento nervoso, na sequência da morte do seu pai (Ibid.: 3). Este problema de saúde conduz a um “longo hiato” nas suas atividades académicas (Ritzer, 2010: 115), que se estenderá até ao ano de 1903.

Nesse ano cria, em conjunto com Werner Sombart, a influente revista científica *Arquivos para as Ciências Sociais e a Política Social*. Será nesta revista que, em 1904 e 1905, publicará originalmente uma das suas principais obras: *A Ética Protestante e o*

Espírito do Capitalismo (Ferreira *et al.*, 1995: 93). Para além disso, nos anos subsequentes empreende uma série impressionante de estudos sobre temas tão diversificados como “instituições legais, sistemas religiosos, economia política e relações de autoridade” (Parkin, 2002: 14).

Weber recebe frequentemente na sua casa alguns dos intelectuais alemães mais importantes do período, tais como Georg Simmel, Ferdinand Tönnies ou Robert Michels (Ferreira *et al.*, 1995: 94). Conforme vimos na última aula, em 1909 Max Weber é cofundador da Associação Alemã de Sociologia. Note-se que somente a partir desse momento é que o autor se revê explicitamente no papel de sociólogo (Ibid.). A sua atividade académica é interrompida com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914, ficando encarregue da administração de um hospital na sua terra natal (Parkin, 2002: 14). Nos últimos dois anos da guerra consegue retomar as suas investigações, cujo resultado será o volumoso manuscrito inacabado de *Economia e Sociedade* (Ibid.: 15). Weber morre em 1920, na sequência de uma pneumonia (Ibid.)

As reflexões weberianas em torno da epistemologia sociológica devem ser inseridas no contexto da chamada “Batalha dos Métodos” (Ferreira *et al.*, 1995: 96). Tratou-se de um debate polémico que envolveu as principais correntes de pensamento económico-social do mundo germânico do final do século XIX: o historicismo alemão, encabeçado por Gustav Schmoller, e o marginalismo da escola austríaca, encabeçado por Carl Menger (Ibid.).

Um dos principais pontos de discórdia incidia sobre o estatuto conferido às ciências sociais. Assim, os historicistas defendiam que “graças ao seu carácter distintivo e *sui generis*”, as ciências sociais deviam ter métodos próprios (Ibid.: 91). Ademais, Schmoller almejava demonstrar a existência de vários tipos de economia no decurso da história, colocando em evidência os diversos contextos institucionais (Ibid.: 96). Já a posição marginalista partia do indivíduo atomizado para estudar a economia capitalista. Menger promoveu a “matematização” e a “formulação de leis gerais eternamente verdadeiras” (Ibid.), na tentativa de legitimar a *economics* através da sua subordinação aos “princípios e metodologias das ciências da natureza” (Ibid.: 91).

Por um lado, Weber “inclinava-se (...) para as teses da escola histórica”, que não se preocupava com as leis puras do mercado, mas com as relações sociais subjacentes ao seu funcionamento (Ibid.: 97). Assim, o autor censurava a esta corrente sobretudo “a sua mistura deliberada de factos e juízos de valor” (Ibid.). Por outro lado, Weber aproximava-se dos marginalistas mediante a defesa intransigente do “individualismo

metodológico”, embora não o fundamentasse nas bases psicológicas de Menger (Ibid.). Para além disso, Weber concordava com o cerne das explicações do funcionamento da economia capitalista propostas pelos marginalistas (Ibid.: 98).

Em termos epistemológicos, Weber foi ainda influenciado decisivamente pela filosofia de Immanuel Kant, podendo, por isso, ser considerado um teórico “neokantiano” (Ibid.: 91). Kant sugere “que não podemos conhecer mais do que aquilo que resulta da aplicação de categorias ao real” (Ibid.), negando que “o conhecimento possa ser uma reprodução ou uma cópia integral da realidade” (Freund, 2003: 33). Em linha com estas proposições, Weber recusa o “absolutismo científico” – do positivismo comtiano, por exemplo – e postula a “relatividade” das verdades científicas (Ferreira *et al.*, 1995: 91). É simplesmente impossível conseguir “o conhecimento da realidade na sua totalidade” (Ibid.).

Como veremos na aula de hoje, os escritos metodológicos de Weber assentam na proposta de uma “sociologia compreensiva”. Na sua ótica, o objeto de estudo da sociologia deve ser a ação dos indivíduos e, sobretudo, a compreensão do sentido conferido pelos sujeitos à sua própria ação. Weber é, portanto, um individualista metodológico: o autor defende que se parta das ações intencionais dos indivíduos para explicar o funcionamento da sociedade.

Ao contrário do que preconiza a sociologia holista de Durkheim, não é o todo que explica as partes, mas sim a interação das partes que explica o todo. As estruturas e as instituições sociais são meras agregações de práticas individuais dotadas de um certo significado. Todavia, conforme teremos oportunidade de salientar, Max Weber não é inteiramente coerente neste âmbito. O individualismo metodológico, defendido intransigentemente nos textos epistemológicos, raramente é aplicado por Weber nos seus estudos de cariz empírico. O caso de Weber é proverbial: faz o que eu digo e não o que eu faço.

Sociologia compreensiva: sujeito, ação social e individualismo metodológico

De modo breve, a sociologia advogada por Weber “visa a compreensão (...) da ação social e os sentidos dessa ação” (Ferreira *et al.*, 1995: 98). Esta definição aparentemente simples encerra três termos-chave: ação social, sentido e compreensão. Antes de tudo, convém realçar aquilo que Weber entende por ação e, em especial, por ação social. Nas palavras do autor, a ação refere-se a “um comportamento humano (...) sempre que o agente ou os agentes lhe comunicam um sentido subjetivo” (Weber apud

Freund, 2003: 78). Ação e intencionalidade estão intimamente associadas: o sujeito age e, ao fazê-lo, atribui um determinado significado à sua ação (Ferreira *et al.*: 1995: 99). A atividade dos seres humanos destaca-se justamente por ser dotada de, e orientada por, um sentido (Freund, 2003: 72). A ação diferencia-se, pois, do “comportamento puramente reativo” que não envolve qualquer “processo mental” (Ritzer, 2010: 125).

Já a ação social “é uma ação onde o sentido pensado pelo seu sujeito (...) está referido à conduta de outros, orientando-se por esta no seu desenvolvimento” (Weber apud Ferreira *et al.*: 1995: 98). O traço distintivo da “atividade social” é o facto de o sujeito “regular” a sua “conduta” segundo a expectativa “de que os outros se comportem de uma certa maneira” (Freund, 2003: 89). Os “agentes sociais” decidem agir em função das suas “percepções das oportunidades e dos constrangimentos” exteriores (Parkin, 2002: 20).

De acordo com a definição de Weber, a sociologia é precisamente “a ciência que se interessa pela compreensão (...) das ações sociais” (Weber apud Giddens, 2005: 206), portanto, da “dimensão subjetiva da conduta humana” quando se relaciona com terceiros (Kim, 2012: 15). A noção de compreensão utilizada por Weber é importada de uma disciplina chamada Hermenêutica (Ferreira *et al.*, 1995: 98), bastante importante entre os historiadores alemães da sua época (Ritzer, 2010: 117). A Hermenêutica diz respeito à “interpretação e compreensão de textos escritos, tendo como objetivo perceber o raciocínio do autor e a estrutura básica do texto” (Ferreira *et al.*, 1995: 98).

A “sociologia compreensiva” proposta por Weber visa estender esta orientação metodológica à investigação da vida social (Ibid.). A simples explicação de causa e efeito entre os fenómenos – proposta pelo positivismo comtiano ou durkheimiano, por exemplo – é manifestamente insuficiente (Ibid.: 94-95); uma ação social apenas será compreendida se o seu significado subjacente se tornar “inteligível” (Freund, 2003: 72). Segundo Weber, “a sociologia não conhece outra compreensão para além da do sentido visado subjetivamente por agentes, no curso de uma atividade concreta” (Ibid.: 73).

O método compreensivo advogado por Weber implica “uma espécie de ligação simpatética com o agente por parte do observador. A estratégia do investigador consiste em procurar identificar-se com o agente e os seus motivos, de modo a ver o curso da conduta com os olhos deste e não com os seus” (Parkin, 2002: 19). É óbvio que esta abordagem levanta um problema: se a “empatia” é crucial para compreender a conduta dos sujeitos observados, então “é necessário que o observador possua em traços largos a mesma orientação normativa e moral do agente” (Ibid.: 22).

Caso contrário, “os pontos de vista divergentes ou crenças incompatíveis” colocarão em causa a ligação de empatia e, portanto, a capacidade de ver o mundo com os olhos de outrem (Ibid.). Em suma, “quanto mais diferentes são os ideais que orientam uma dada atividade humana daqueles que regem a nossa própria conduta, mais difícil se torna para nós compreender o significado que esses ideais têm para aquele que os perfilha” (Giddens, 2005: 208).

Segundo Weber, existem duas formas de compreensão. Na compreensão imediata, o sentido da ação das pessoas é apreensível através da “observação direta” (Giddens, 2005: 208). Por sua vez, a denominada compreensão explicativa é necessariamente “indireta” (Freund, 2003: 77), ou seja, acarreta “a intervenção de um motivo que estabelece a ligação entre a atividade observada e o seu significado para o agente” (Giddens, 2005: 209). A compreensão explicativa da ação exige, pois, o recurso a procedimentos sociológicos.

A partir do que foi exposto facilmente se perceberá que Max Weber é um “individualista metodológico” (Ferreira *et al.*, 1995: 96), dado que atribui uma prioridade lógica aos indivíduos e às suas motivações na explicação dos fenómenos sociais. Segundo Weber, o foco da sociologia deve incidir sobre “tudo o que intervém no curso” de uma ação e que, portanto, “pertence à vontade do indivíduo”, nomeadamente: “a avaliação dos meios em função do fim, a escolha desse fim, a previsão das consequências, a decisão e finalmente a determinação na [sua, NM] execução” (Freund, 2003: 85). Para além disso, a ênfase colocada no “sentido” subjetivo da ação pressupõe “uma consciência” que, obviamente, só pode ser “individual” (Ibid.).

Esta epistemologia “radicalmente subjetivista” (Vandenberghe, 2008: 106) reflete-se igualmente na conceptualização das estruturas sociais. Em Weber as entidades “coletivas” são “reduzidas a padrões e regularidades da ação individual” (Ritzer, 2010: 124). Nas suas palavras, “estas coletividades devem ser tratadas *somente* como os resultados e os modos de organização de ações particulares de sujeitos individuais” (Weber apud Ritzer, 2010: 124, *italico no original*). Visto que, “em última instância” (Vandenberghe, 2008: 108), as instituições sociais resultam da “ação [intencional, NM] do homem” (Freund, 2003: 68), então a própria sociedade “nunca é mais do que as interações múltiplas dos indivíduos num determinado meio” (Giddens, 2005: 211).

Max Weber está ciente de que as ciências sociais são forçosamente distintas das ciências naturais porque têm de compreender o sentido da ação humana. Contudo,

apesar de a sua “matéria-prima” ser constituída por ações subjetivas, isso não implica que as relações causais apontadas pela sociologia careçam de validade “objetiva” (Ibid.: 206). Essa objetividade científica será alcançada se o sociólogo for capaz de provar duas coisas: i) que a ação em questão é o meio para atingir um certo fim (Kim, 2012: 16); ii) que a ação “é determinada pelo sentido que o agente lhe atribui” (Vandenberghe, 2008: 109).

Acresce que as suas conclusões baseiam-se em “técnicas fixas de interpretação do significado” que, desse modo, podem “ser comprovadas de acordo com os cânones convencionais do método científico” (Giddens, 2005: 207). Em outros termos, os resultados da investigação sociológica são passíveis de testagem, replicação, verificação e falsificação empíricas (Freund, 2003: 77).

Será legítimo concluir que a sociologia compreensiva weberiana é eminentemente individualista, almejando captar o sentido que orienta as atividades práticas das pessoas (Ibid.: 72). Deste ponto de vista, a sociologia a é “ciência das ações intencionais, sejam estas baseadas em motivos ou em sentimentos” (Ferreira *et al.*, 1995: 99). A sua finalidade é descortinar a razão por que os indivíduos agem de determinada maneira (Parkin, 2002: 18) com base em certas “percepções da realidade” (Ibid.: 26). A sociologia tem de evidenciar como as várias opções foram “pesadas e avaliadas” pelos sujeitos (Ibid.: 20), portanto, como os seres humanos “utilizam, criam e destroem as diversas relações sociais” (Freund, 2003: 68).

A relação com os valores e a neutralidade axiológica

A realidade empírica é naturalmente “infinita do ponto de vista extensivo e intensivo” (Freund, 2003: 41). Por outras palavras, o mundo social exhibe “uma diversidade absolutamente infinita”, pelo que se furta a uma compreensão perfeita na sua “totalidade” (Vandenberghe, 2008: 111). Assim, independentemente do método utilizado, o sociólogo terá de optar por dirigir a sua “atenção” para determinados “aspetos”: aqueles que lhe parecem ser mais “importantes” em função do problema que quer estudar (Freund, 2003: 41). É neste contexto que deve ser entendido o conceito weberiano de “*relação com os valores*” (Ibid.: 42, *italico no original*).

De acordo com Weber, os valores do sociólogo desempenham um papel inevitável no estágio inicial de um estudo empírico (Vandenberghe, 2008: 111). Os sociólogos investigam certos problemas porque julgam que eles são relevantes (Freund, 2003: 42-43). Ora, essa relevância só pode ser determinada com referência aos seus

valores pessoais; são as convicções, as inclinações de cada um que o levam a decidir selecionar uma dada parcela da realidade como objeto de estudo (Ibid.: 42). Esta escolha inicial não é fundamentável em princípios científicos objetivos (Ibid.); ela é eminentemente subjetiva.

A relação com os valores abarca, ainda, outras etapas prévias da investigação. Em segundo lugar, depois de escolhido o tema, o sociólogo efetua uma “triagem” do amplo material documental e empírico disponível. São novamente os valores pessoais que permitem classificar dadas fontes como essenciais e outras como menos importantes e, por isso, negligenciáveis (Ibid.: 43). Em terceiro lugar, os valores intervêm no estabelecimento de uma relação entre os vários elementos selecionados e na definição do seu significado (nomeadamente na construção de tipos-ideais, como veremos daqui a pouco) [Ibid.: 45]. Finalmente, em quarto lugar, os valores auxiliam o sociólogo a determinar quais as “relações de causalidade” que será preciso provar, portanto, as hipóteses a testar (Ibid.).

Em suma, o conceito de relação com os valores diz-nos que “a personalidade do sociólogo intervém necessariamente” no estágio inicial de qualquer pesquisa (Ibid.: 44). Na ótica de Weber, “a relação com os valores constitui a base das perguntas que formulamos à realidade” (Ibid.: 42). Visto que “a história se apresenta como um fluxo interminável de acontecimentos singulares”, cabe ao sociólogo “selecionar padrões” e aplicar “esquemas” de interpretação (Ferreira *et al.*, 1995: 91). Note-se que os diferentes valores dos vários cientistas – numa dada época ou em diferentes contextos históricos – asseguram outros tantos “pontos de vista” sobre um certo problema (Freund, 2003: 43).

Weber sustenta que a relação com os valores não coloca em causa a “neutralidade axiológica” (Ferreira *et al.*, 1995: 105), isto é, a objetividade do conhecimento sociológico. Isto porque a subjetividade se limita, como dissemos, à fase preliminar da pesquisa. Nas fases seguintes, o investigador deve abster-se de fazer juízos de valor (Freund, 2003: 64) e recorrer aos procedimentos científicos habituais: “observação precisa, (...) determinação das relações de causalidade, comparações, etc.” (Ibid.: 43). Em outros termos, a prova científica não é conseguida recorrendo às “convicções pessoais” do sociólogo, mas através de “proposições” objetivas, passíveis de confirmação ou infirmação por terceiros (Ibid.: 64).

A neutralidade axiológica significa, ainda, que a sociologia pode elucidar a política acerca dos melhores meios para atingir certos fins, mas é incapaz de demonstrar “logicamente” que um fim é preferível a outro (Giddens, 2005: 193). Assim, “não é

possível provar pela análise científica que qualquer ideal ou conjunto de ideais (...) estão «certos» ou «errados» (Ibid.: 195). Segundo Weber, “a ciência pode dizer-nos o que podemos (...) fazer”, mas nunca “o que devemos fazer” (Freund, 2003: 65).

O tipo-ideal

Vimos que a relação com os valores confere uma orientação geral à investigação (Ibid.: 49). Na teoria weberiana, o chamado tipo-ideal é igualmente um “momento da seleção” preliminar efetuada pelo sociólogo quando analisa a realidade sob um certo ponto de vista (Ibid.: 48-49). Em poucas palavras, o tipo-ideal é “uma construção mental que incorpora as propriedades essenciais (...) de um fenómeno particular” (Ferreira *et al.*, 1995: 103). Consiste numa “estilização que põe em evidência os elementos caraterísticos, distintivos ou «típicos»” (Freund, 2003: 49) de uma “determinada parcela da realidade que se tenta estudar” (Ferreira *et al.*, 1995: 102-103). Os vários elementos de um tipo-ideal “são combinados com base na sua compatibilidade” lógica (Ritzer, 2010: 120).

O tipo-ideal weberiano é bastante parecido com o “conceito normal” tönnesiano: trata-se de uma construção conceptual, analítica e abstrata que é “ideal” porque “nunca (...) ou só raramente é encontrada” em estado puro “na realidade empírica e concreta” (Freund, 2003: 50). As instituições sociais são por natureza complexas, pelo que a sua compreensão requer que se comece por considerar uma versão prototípica das mesmas, reduzida aos seus “componentes nucleares”, enquanto os traços “marginais” são relegados para segundo plano (Parkin, 2002: 28).

Por exemplo, “o tipo-ideal de uma revolução [política, NM] (...) não comportará exatamente os aspetos de todas as revoluções (...) particulares; em vez disso, será uma espécie de destilação dos aspetos principais que caraterizam a revolução em geral” (Ibid.). De modo análogo, o tipo-ideal do “capitalismo” encerra os traços fundamentais que definem esta formação socioeconómica, independentemente das suas configurações reais distintas (em diferentes países, em diversos períodos históricos, etc.) [Freund, 2003: 50].

Os tipos-ideais são “abstrações conceptuais” (Parkin, 2002: 28) que permitem organizar analiticamente a questão estudada (Vandenberghe, 2008: 111). Trata-se de ferramentas heurísticas ao serviço da investigação empírica (Giddens, 2005: 201; Ritzer, 2010: 113). O tipo-ideal funciona como uma espécie “hipótese” que tem de ser “testada” através da sua comparação com a realidade empírica que representa

(Vandenberghe, 2008: 109). Essa comparação possibilita a identificação de desvios e singularidades (Vandenberghe, 2008: 111) que terão depois de ser explicados cientificamente (Parkin, 2002: 29). Assim, o tipo-ideal é “o prelúdio necessário da explicação causal” (Ibid.: 30).

Existe um certo grau de arbitrariedade nos tipos-ideais, visto que a realidade social pode ser “construída e representada de diferentes maneiras” por vários sociólogos (Ibid.: 28). A criação de tipos-ideais é mais uma arte do que uma ciência exata. Como existem múltiplos pontos de vista, determinados por uma miríade de valores, os “princípios” subjacentes à construção de tipos-ideais são igualmente diversificados (Freund, 2003: 53). Cada sociólogo produzirá uma representação “parcial”, aproximada da realidade (Ibid.: 53-54). Todavia, pode estabelecer-se, em princípio, uma relação de complementaridade entre os vários enfoques aplicados à análise de um problema (Ibid.: 54).

Em último lugar, note-se que a noção de tipo-ideal weberiana se refere quase sempre a entidades coletivas – capitalismo, burocracia, Protestantismo, etc. – que contrariam o individualismo metodológico defendido nos textos epistemológicos do autor. Nas suas obras, os tipos-ideais são “formas *institucionais*” que encerram um conjunto de “elementos inter-relacionados” de cariz “normativo e *estrutural*” (Parkin, 2002: 28, *itálico nosso*). Essas estruturas não são construídas por Weber a partir das ações dos sujeitos; ao invés, os indivíduos é que estão inseridos em certos padrões institucionais. Ademais, o entendimento do sentido subjetivo da ação – o aspeto-chave da “sociologia compreensiva” – desaparece misteriosamente de cena. Voltaremos a este assunto na conclusão da aula de hoje.

História: possibilidade objetiva, causalidade adequada e causalidade accidental

Weber dedica uma atenção especial à explicação causal de eventos históricos. O autor entende por causalidade “a probabilidade de um acontecimento ser seguido ou acompanhado por outro acontecimento” (Ritzer: 118). Fica desde já patente que Weber descarta certezas absolutas: “o melhor que podemos fazer (...) é produzir afirmações probabilísticas acerca da relação entre fenómenos sociais; isto é, se *x* acontecer, então é provável que *y* ocorra” (Ibid.: 119).

A questão torna-se ainda mais complexa em virtude da “multicausalidade” do esquema weberiano (Ferreira *et al.*, 1995: 101). O autor procura apreender “as inter-relações entre a economia, a sociedade, a política, (...) a religião, etc.” que são

responsáveis por um fenómeno (Ritzer, 2010: 118). Visto que nem todos os antecedentes “têm o mesmo peso e importância” para um determinado fenómeno histórico (Ferreira *et al.*, 1995: 100), Weber propõe um “procedimento sistemático (...) para avaliar a significância causal dos vários fatores envolvidos” (Parkin, 2002: 37).

O conceito de “possibilidade objetiva” refere-se “à imaginação de um conjunto de consequências esperadas” a partir dos dados conhecidos pelo investigador (Ferreira *et al.*, 1995: 100). Embora não seja totalmente “arbitrário” (Ibid.), trata-se de um exercício de especulação: “o investigador deve pesar a probabilidade (...) de o evento histórico em questão ter acontecido mesmo na ausência de um fator antecedente particular” (Parkin, 2002: 37-38).

Se, a partir desta “reconstrução hipotética”, o investigador concluir que um dado evento histórico-social *provavelmente* não teria ocorrido na ausência de um certo antecedente, então deve ser atribuída uma elevada “significância causal” a esse antecedente (Ibid.: 38). Estamos perante um caso de “causalidade adequada” (Ferreira *et al.*, 1995: 100). Se, pelo contrário, o investigador concluir que um dado evento *provavelmente* teria ocorrido mesmo na ausência de um certo antecedente, então deve ser atribuída uma baixa relação causal a esse antecedente. Estamos perante um caso de “causalidade acidental” (Ibid.).

Consideremos o exemplo da Revolução de 25 de Abril de 1974. É possível identificar uma “constelação” de antecedentes (Freund, 2003: 56, *italico no original*) potencialmente explicativos: o assassinato do general Humberto Delgado, a perseguição política, a Guerra Colonial, a morte de António de Oliveira Salazar, etc. Um exercício de “possibilidade objetiva” seria algo nos seguintes moldes: se Salazar não tivesse morrido em 1970, a Revolução de 25 de Abril de 1974 teria, ainda assim, ocorrido? Em caso afirmativo, a morte do ditador é uma “causa acidental”, porque a Revolução teria ocorrido de qualquer modo. Em caso negativo, a sua morte é uma “causa adequada”, porque a Revolução dos Cravos não teria ocorrido se Salazar tivesse vivido mais tempo.

Evidentemente que a relação de causalidade identificada por este método é sempre “de ordem probabilística” (Ibid.: 58). A “imperfeição do nosso saber”, provocada pela “precariedade das fontes” ou pelos inúmeros antecedentes, conduz somente à construção de um “curso imaginário das coisas” com base nos fatores que parecem ser “mais importantes” (Ibid.). Para além disso, o próprio “momento subjetivo da seleção” da constelação causal é suficiente para conferir à explicação uma mera validade provável (Ibid.). Atente-se que, à semelhança do que constatámos na análise

dos tipos-ideais, a explicação causal histórico-social weberiana também escamoteia o sentido da ação individual.

A contradição entre nível micro (método) e macrosociológico (estudos empíricos)

Em jeito de balanço, quero chamar a atenção para o “desfasamento entre os princípios metodológicos defendidos por Weber e a sua implementação na sua investigação sociológica” empírica (Vandenberghe, 2008: 107). Pode falar-se de uma “tensão” entre a retórica “subjetivista” da sociologia compreensiva e as explicações holistas aventadas nos estudos empíricos (Ritzer, 2010: 125). Weber “nunca aplicou rigorosamente os princípios metodológicos que expôs” (Vandenberghe, 2008: 107):

“A ênfase (...) na importância dos significados e motivos [individuais] para a explicação (...) da ação social não corresponde adequadamente ao verdadeiro modo de explicação avançado nos seus estudos histórico-comparativos (...). Pelo contrário, o nível derradeiro de explicação causal nos escritos substantivos de Weber é aquele das condições socio-estruturais sob as quais certas formas de sentido e motivação podem obter eficácia histórica.” (Fulbrook apud Ritzer, 2010: 125)

Existe um “paradoxo elementar” no pensamento de Weber (Ritzer, 2010: 124). Por um lado, Weber diz estar exclusivamente interessado no significado da ação dos indivíduos – “naquilo que eles fazem e por que o fazem”; assim, a sociologia compreensiva quer reduzir a todo o custo as coletividades às ações individuais (Ibid.: 125). Por outro lado, quando desce do pedestal da teorização abstrata ao nível da realidade concreta, Weber tende a privilegiar níveis macrosociais; assim, os fatores explicativos da ação social são de índole estrutural – por exemplo, a burocracia ou o capitalismo –, enquanto as motivações individuais são relegadas para segundo plano (Ibid.).

Referências bibliográficas

- Aron, Raymond (2000), *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. 5ª Edição.
- Ferreira, José Maria Carvalho *et al.* (1995), *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Freund, Julien (2003), *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 5ª Edição.
- Giddens, Anthony (2005), *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Editorial Presença. 6ª Edição.

Kim, Sung Ho (2012), “Max Weber”, in Zalta, Edward N. (Org.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/weber-kim-sep.pdf>.
(29/10/2017)

Parkin, Frank (2002), *Max Weber*. Londres: Routledge. 2ª Edição.

Ritzer, George (2010), *Sociological Theory*. Nova Iorque: McGraw-Hill. 8ª Edição.

Vandenbergh, Frédéric (2008), *A Philosophical History of German Sociology*.
Londres: Routledge.